

**FICHA TÉCNICA DE SALVAGUARDAS INTEGRADAS (IDS)
ESTÁGIO DE AVALIAÇÃO**

Data de preparação/atualização do IDS: 2 de abril de 2015

I. Informações básicas

1. Dados Básicos do Projeto

País: Brasil	Project ID: P150892	
	Project ID adicional (<i>se houver</i>): não	
Nome do Projeto: Projeto ProCerrado		
Líder da Equipe do Projeto: Bernadete Lange		
Data prevista da Avaliação: 25 de janeiro de 2015	Data prevista para aprovação pela Diretoria Executiva: não se aplica	
Unidade de Gestão: GENDR	Instrumento de empréstimo: Doação	
Setor: Setores agrícola, pesqueiro e florestal em geral (50%); Administração Pública relacionada aos setores agrícola, pesqueiro e florestal (50%)		
Tema: mudanças climáticas (50%); administração e gestão do solo (35%); biodiversidade 15%)		
Montante BIRD (em milhões de US\$): 00 Montante AID (em milhões de US\$):00 Montante GEF (em milhões de US\$):00 Montante PCF (em milhões de US\$):00 Outros valores financiados, por fonte: Doação: 4,30		
Categoria Ambiental: B		
Trata-se de um projeto transferido?	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
Processamento simplificado	Simplificado <input checked="" type="checkbox"/>	Repetição <input type="checkbox"/>
Este projeto está sendo processado sob a OP 8.00 (Resposta rápida a crises e emergências)	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>

2. Objetivos do Projeto:

O projeto faz parte do Fundo Fiduciário de Mitigação das Mudanças Climáticas do Cerrado Brasileiro, que vem apoiando o Governo do Brasil (GoB) em ações de mitigação de mudanças climáticas, melhoramento da gestão ambiental e do manejo de recursos naturais no bioma Cerrado por meio de políticas e práticas adequadas.

O Objetivo de Desenvolvimento do Projeto é fortalecer a capacidade do Ministério do Meio Ambiente de estabelecer o manejo integrado dos incêndios florestais e efetuar a inscrição de imóveis rurais em áreas rurais selecionadas do bioma Cerrado.

3. Descrição do Projeto:

O Projeto proposto, financiado pelo Fundo Fiduciário de Mitigação das Mudanças Climáticas do Cerrado Brasileiro (FFMMCCB), deve contribuir para aumentar as áreas de cobertura florestal, de acordo com os seguintes componentes: (i) manejo sustentável dos recursos naturais do Cerrado e (ii) fortalecimento institucional e implementação de políticas públicas. O Projeto agirá de forma sinérgica com outros projetos e programas, e contribuirá para o alcance dos objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima e do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado.

Este é um projeto de assistência técnica que pretende fortalecer os órgãos ambientais para melhorar a gestão ambiental e o manejo de recursos naturais no bioma Cerrado por meio de políticas e práticas adequadas.

O beneficiário será uma instituição não governamental, que deverá assinar um Acordo de Doação com o Banco Mundial. A Fundação Pró-Natureza (Funatura) administrará o projeto em estreita colaboração com os seus principais parceiros, o MMA e o ICMBio.

O Projeto apoiará o MMA na coordenação nacional de políticas para a redução do desmatamento e dos incêndios florestais no Cerrado, implementação do CAR em municípios-alvo do bioma Cerrado, e fortalecimento da capacidade de prevenção e combate a incêndios em três Unidades de Conservação. Através da regularização ambiental das propriedades e do fortalecimento da capacidade de gestão e operação do MMA e do ICMBio, o Projeto contribuirá para a redução das emissões de gases de efeito estufa graças à redução do número de incêndios e do desmatamento. Para atingir essas metas, o Projeto terá os seguintes componentes:

Componente 1: Apoio ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado (Custo previsto: *US\$ 0,16 milhão*). Este componente tem como objetivo apoiar atividades voltadas para a redução do desmatamento e a promoção do cumprimento da legislação florestal brasileira entre os proprietários de imóveis rurais, por meio do monitoramento e da avaliação do PPCerrado à luz das alterações introduzidas pelo Código Florestal, do desenvolvimento da capacidade de governança para a implementação do Plano e do apoio à reforma da política florestal, com foco na Política Nacional de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas.

As seguintes atividades poderão ser realizadas no âmbito deste componente: (i) oficinas, cursos de formação, seminários e reuniões com a participação de atores relevantes dos três níveis do governo, para disseminar o PPCerrado; (ii) seminários e oficinas técnicos e científicos para discutir e aperfeiçoar as ferramentas de produção de dados sobre desmatamento e queimadas no Cerrado; (iii) seminários com estados e municípios para compartilhar experiências sobre melhores práticas de promoção do cumprimento da legislação ambiental entre proprietários de imóveis rurais; (iv) desenvolvimento e implementação do processo de monitoramento e avaliação do PPCerrado; (v) estudos que apoiem o processo de tomada de decisões estratégicas; (vi) estudos sobre manejo, prevenção e controle de incêndios florestais e queimadas; (vii) seminários e oficinas para discutir prevenção e controle de incêndios florestais com os principais atores envolvidos; e (viii) desenvolvimento de uma estratégia de comunicação e produção de material promocional.

Neste componente serão financiados oficinas, seminários, mesas redondas, cursos de formação, equipamentos (inclusive licenças de software, hardware e servidores), estudos, despesas de viagem e material de comunicação e consultores.

Componente 2: Cadastro Ambiental Rural (*Custo previsto: US\$ 1,42 milhão*). Este componente tem como objetivo apoiar os proprietários de pequenos imóveis rurais nos estados de Tocantins e Maranhão a regularizar sua situação em relação ao Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) por meio do CAR. As seguintes atividades poderão ser

realizadas no âmbito deste componente: (i) campanhas de comunicação nos municípios-alvo para promover o CAR e mobilizar os principais atores; (ii) criação de um balcão de atendimento do CAR nos municípios selecionados; (iii) georreferenciamento de pequenas propriedades nos municípios-alvo; e (iv) Elaboração de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADAs) para as pequenas propriedades que estejam em situação irregular em relação ao Código Florestal. Neste componente serão financiados consultores, materiais informativos (como folders, folhetos, cartazes e *banners*, inserções no rádio e na tevê e vídeos de anunciantes), eventos, visitas de acompanhamento, viagens, computadores e equipamentos, infraestrutura operacional (como tendas, estandes e móveis), pequenas obras para implantação dos balcões de atendimento, serviço *wireless*, eventos de treinamento, serviços de geoprocessamento e despesas de viagem.

Componente 3: Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais em Unidades de Conservação Federais (*Custo previsto: US\$ 1,90 milhão*). Este componente tem como objetivos fortalecer a capacidade do ICMBio na área de prevenção e combate a incêndios florestais e promover alternativas ao uso do fogo no bioma Cerrado, especialmente, nas UCs atendidas pelo Projeto.

Este componente terá dois subcomponentes:

Subcomponente 3.1. Política Nacional de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais. Este componente objetiva apoiar a formulação da política nacional de prevenção e combate a incêndios florestais e um plano operacional para implementá-lo por meio da ação coordenada entre os três órgãos federais. As seguintes atividades poderão ser realizadas no âmbito deste componente: (i) consultoria para a formulação da Política Nacional; (ii) seminários para discutir o combate e a prevenção de incêndios florestais com os principais atores envolvidos; (iv) oficinas para debater o Plano de Ação da Política com os Estados e sociedade civil; (iv) capacitação para os principais atores envolvidos na implementação da Política; (v) desenvolvimento de uma estratégia de comunicação e de material promocional.

Subcomponente 3.2. Apoio a ações de combate e prevenção de incêndios florestais em UCs federais. Este subcomponente contribuirá para a estruturação e o fortalecimento da prevenção e do controle de incêndios florestais em três UCs federais. As seguintes atividades poderão ser realizadas no âmbito deste componente: (i) implementação e treinamento de brigadas voluntárias em três UCs federais; (ii) consultoria para a formulação de planos de proteção para as três UCs federais; (iii) formação em gestão ambiental e educação ambiental nas comunidades das três UCs federais e de áreas vizinhas; (iv) aquisição de equipamento para fortalecer as ações de combate e prevenção de incêndios florestais nas três UCs federais. Neste componente serão financiados oficinas e cursos de formação, equipamento de combate a incêndios e de comunicação estudos e material informativo. Também inclui estudos e análises de campo, serviços de geoprocessamento, assistência técnica, consultorias, aquisição de computadores e equipamentos, infraestrutura operacional, veículos, obras e despesas de viagem.

Componente 4: Gerenciamento e Administração do Projeto (*custo previsto: US\$ 0,82 milhão*). Este componente tem como objetivo garantir a adequação dos procedimentos em curso para implementar o Projeto, entre eles os de gerenciamento global, gestão financeira (GF), aquisições, contabilidade e auditorias, conforme as

diretrizes do Banco Mundial. Este componente compreenderá, entre outras, atividades de coordenação, monitoramento e emissão de relatórios do Projeto; gestão financeira e aquisição adequadas; auditorias externas e atividades financeiras e técnicas para o encerramento do projeto. Neste componente serão financiados estudos, cursos de formação, viagens, assistência técnica, serviços administrativos, aquisição limitada de software e computadores e custos operacionais.

4. Local do projeto e principais características físicas pertinentes à análise de salvaguardas:

Localizado na região central do Brasil, o bioma Cerrado cobre cerca de um quarto do país (2,04 milhões de km²), com um mosaico de 23 tipos de vegetação formado por savana tropical, campo aberto, campo limpo e matas¹. Abrange uma região vasta com estoques consideráveis de carbono, recursos hídricos e biodiversidade.

Embora 22% da população do Brasil (42,7 milhões²) vivam no Cerrado, somente 14% reside na zona rural. Distribuído em 11 unidades da federação (Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, São Paulo, Paraná e Distrito Federal), o Cerrado é ocupado predominantemente por propriedades particulares.

Apesar de 78% de cerca de 1 milhão de propriedades rurais no bioma serem pequenas propriedades (até 4 módulos fiscais),³ estas ocupam apenas 15% da área total de propriedades agrícolas; os 85% restantes são ocupados por 22% das maiores propriedades rurais.⁴ As Unidades de Conservação representam 8,2% do bioma Cerrado, enquanto as Terras Indígenas ocupam 4,3% da região.

A diversidade estrutural dos tipos de vegetação do Cerrado abrange um amplo espectro de quantidades totais de biomassa. Na região central do Brasil a biomassa total (a soma de biomassa acima e abaixo do solo até 2 metros de profundidade) varia de 21,8 Mg/ha no campo sujo até 77,8 Mg/ha no cerradão Castro e Kauffman, 1998). A proporção raiz/parte aérea em todos os tipos de vegetação de Cerrado apresenta valores acima de 1, variando de 2,6 no cerrado aberto até 7,7 no campo limpo (Castro e Kauffman, 1998⁵). Conforme mostra Abdala (1993) no seu estudo sobre estoques de carbono nos diferentes segmentos de uma área típica de Cerrado, a maior parte dos estoques de carbono dos ecossistemas do Cerrado consiste em matéria orgânica presente no solo. Estima-se que o estoque total de carbono chegue a 265 Mg/ha, dos quais 70% (185 Mg/ha) consistem em

¹ A UICN considera o Cerrado um dos 34 *hotspots* de biodiversidade do planeta.

² Censo 2010 (IBGE).

³ O módulo fiscal é uma unidade de medida agrária estabelecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para fins sobretudo de tributação imobiliária rural, de acordo com o Decreto Federal nº 84.485/1980 e a Instrução Normativa nº 20/1980. Nos municípios do Cerrado, o módulo fiscal varia entre 0,04 km² e 0,1 km², com uma média de 0,46 km² (46 ha).

⁴ As estatísticas para o bioma foram derivadas de dados do censo agrícola de 2006 para municípios localizados parcial ou totalmente no Cerrado. Os números absolutos (1.066.000 propriedades de mais de 1,5 km²) superestimam o número total das propriedades rurais e a área real do bioma Cerrado.

⁵ Castro, EA, & Kauffman, JB. 1998. Ecosystem structure in the Brazilian Cerrado: a vegetation gradient of aboveground biomass, root mass and consumption by fire. *Journal of Tropical Ecology*, vol. 14, no. 3, pp. 263–283.

matéria orgânica do solo, considerando-se a vegetação e o solo de até 1 metro de profundidade.

A absorção de carbono pelas savanas tropicais está estimada em 0,14 Mg C/ha*ano, inclusive no Cerrado. Essa absorção de carbono contribui para um total de 0,39 Gt C/ano, o que representa até 15% de todo o carbono fixado pela vegetação no mundo. Medições do fluxo sazonal de CO₂ em uma área típica de Cerrado indicam que na época da chuva o ecossistema se transforma em sumidouro de CO₂ e no fim da seca vira fonte de CO₂ por um curto período.⁶

A rápida expansão da agricultura no Cerrado levou à conversão da vegetação natural para usos alternativos do solo e aumentou o uso do fogo como prática agrícola. De acordo com os últimos dados disponíveis sobre o desmatamento, em 2010 o Cerrado perdeu cerca de 6,469 km² de cobertura vegetal natural, situação que, embora semelhante à observada na Amazônia, representa uma porcentagem bem maior em termos relativos: 0,32% no Cerrado contra 0,15% na Amazônia.

Estudos indicam que o processo de conversão das áreas do Cerrado em terras agrícolas, com o emprego do fogo na vegetação nativa seguido da entrada de lavoura, resulta em redução dos estoques de carbono no solo e aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) para a atmosfera.⁷

Entre 2003 e 2008, as emissões resultantes de desmatamento e queimadas (incluindo as emissões de CH₄ e N₂O) de áreas de Cerrado resultaram na emissão de 1.450 Mt CO₂eq. Desse total, a conversão do solo em pastagens corresponde a aproximadamente 820 Mt CO₂eq (Bustamante et al. 2012⁸). Além disso, de acordo com o Inventário de Gases de Efeito Estufa (Brasil 2010), as emissões devido ao desmatamento no Cerrado aumentaram de 0,05 Pg C/ano (1988 a 1994) para 0,06 Pg C/ano (2002 a 2008).

Embora o fogo seja considerado um dos elementos determinantes da vegetação do Cerrado, a rápida ocupação desse bioma alterou o regime de incêndios naturais (em termos de temporada e frequência), trazendo consequências para a composição e estrutura da vegetação, e teve como resultado perdas de biomassa e emissões de carbono em grande escala. Só em 2010, foram detectados 74.120 focos de calor no bioma Cerrado. Portanto, o alto potencial do Cerrado em termos de redução das emissões de gases de efeito estufa por meio de mudanças no uso do solo e florestas pode oferecer uma importante oportunidade para a mitigação de emissões.

O Projeto deverá ter um impacto global sobre o Cerrado, bioma que cobre um total de onze unidades federativas (Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Maranhão, Paraná, São Paulo e Distrito Federal), por meio das ações que apoiam o PPCerrado e as políticas públicas e leis relativas aos incêndios e queimadas.

A estratégia de implementação do Projeto consiste em inscrever no CAR os pequenos

⁶ Miranda, HS, Rocha e Silva, EP, & Miranda, AC. 1996, Comportamento do fogo em queimadas de campo sujo, in Miranda, HS, Saito, CH, & Dias, BFS, *Impactos de queimadas em áreas de cerrado e restinga*, Universidade de Brasília. p. 1-10, Brasília, Brasil.

⁷ Franchini et al., 2007; Smith et al., 2008

⁸ Bustamante, MC, Nobre, C, Smeraldi, R, Aguiar, APD, Barioni, LG, Ferreira LG, Longo, K, May, P, Pinto, AS, Ometto, JPHB. 2012. Estimating Greenhouse Gas Emissions from Cattle Raising in Brazil, *Climatic Change*.

imóveis rurais de seis municípios selecionados, além de desenvolver ações de comunicação relacionadas ao CAR em 58 municípios. Na seleção dos municípios foram empregados os seguintes critérios: (i) Decreto 97/2012, que lista 52 municípios considerados prioritários sob o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado); (ii) os municípios do entorno das Unidades de Conservação priorizadas pelo Projeto; e (iii) os municípios que foram apontados pelos estados nas consultas do CAR realizadas durante a preparação do Projeto de Regularização Ambiental de Propriedades Rurais no Cerrado do Brasil, que faz parte do Programa de Investimento Florestal (FIP): Plano de Investimentos do Brasil.⁹ Os municípios selecionados para o trabalho de inscrição estão localizados nos estados de Tocantins (Natividade e *Pium*) e Maranhão (*Alto Parnaíba*, *Balsas*, *Riachão* e *São João do Soter*). Além disso, serão criados balcões de atendimento em oito municípios selecionados: Alto Parnaíba, Balsas, Riachão, São João do Soter Carolina, Estreito, Natividade e Pium.

Entre as UCs mais atingidas por queimadas e incêndios florestais no Brasil e no bioma, três UCs federais foram selecionadas: (i) o Parque Nacional da Serra da Canastra, que teve 41,92% (82.930 ha) de sua área atingida por incêndios em 2010, 14,36% (28.404 ha) em 2011 e 44,67% (86.144 ha) em 2012; (ii) o Parque Nacional da Chapada das Mesas, que, por sua vez, teve 30,60% (48.944 ha) de sua área atingida por incêndios em 2010, 16,01% (25.594 ha) em 2011 e 10,60% (16.956 ha) em 2012; e (iii) o Refúgio de Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano, que teve 48,96% (62.697 ha) de sua área atingida por incêndios em 2011 (os dados de 2010 e 2012 estão sendo validados).

O Parque Nacional da Serra da Canastra abriga várias fisionomias do bioma Cerrado, predominantemente campo limpo, campo sujo e campo rupestre. Uma das características mais marcantes da região é a sua densa rede de drenagem, composta de centenas de nascentes e grande número de afluentes que alimentam uma das bacias hidrográficas mais importantes do país, a Bacia do Rio São Francisco, fundamental para o abastecimento de água da região Nordeste, uma das mais propensas à seca do país.

O Parque Nacional da Chapada das Mesas (PNMC) foi criado principalmente por ser uma área de Cerrado intacta ameaçada pela recente expansão da agricultura e da indústria siderúrgica no Maranhão. A UC protege mais de 400 nascentes de importantes hidrovias e está localizada em uma região de reconhecido potencial turístico. Além de inúmeras mesetas de arenito tabular (algumas com inscrições rupestres), o PNMC é famoso pelo grande número de cachoeiras de águas cristalinas e temperatura agradável. A vegetação característica do Parque Nacional da Chapada das Mesas é a típica do bioma Cerrado, e lá são encontrados vários tipos de cobertura vegetal, como o Cerrado stricto sensu, campo sujo, campo limpo, áreas de mata seca e veredas, estas com seus buritis característicos.

Além de sua importância para assegurar as condições necessárias para a existência e reprodução de espécies selvagens, o Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano tem um papel fundamental na proteção das cabeceiras dos rios Pratudinho e Pratudão,

⁹ A área de atuação central do Projeto de Regularização Ambiental de Propriedades Rurais no Cerrado do Brasil abrangerá nove unidades federativas (Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Maranhão, Paraná, São Paulo e Distrito Federal), englobando 47 municípios. Para mais informações, visite o site <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/cadastro-ambiental-rural/projeto-de-regularizacao-ambiental-de-imoveis-rurais-no-cerrado-car-fip>.

fundamentais para o abastecimento das comunidades e propriedades rurais no oeste da Bahia.

As três Unidades de Conservação selecionadas têm Planos de Manejo sob implementação e as atividades do projeto propostas estão plenamente alinhadas com os seus Planos de Manejo.

5. Especialistas da equipe em salvaguardas ambientais e sociais:

Bernadete Lange (Especialista Sênior em Meio Ambiente, GENDR)

Alberto Costa (Especialista Sênior em Desenvolvimento Social, GRUDR)

6. Políticas de Salvaguarda Acionadas (<i>por favor explique o motivo</i>)	Sim	Não	OP/BP 4.00
Avaliação Ambiental (OP/BP 4.01)	X		
Habitats Naturais (OP/BP 4.04)	X		
Florestas (OP/BP 4.36)	X		
Controle de Pragas (OP 4.09)		X	
Recursos Culturais Materiais (OP/BP 4.11)		X	
Povos Indígenas (OP/BP 4.10)		X	
Reassentamento Involuntário (OP/BP 4.12)		X	
Segurança de Barragens (OP/BP 4.37)		X	
Projetos em Hidrovias Internacionais (OP/BP 7.50)		X	Não disponível ¹⁰
Projetos em Áreas sob Disputa (OP/BP 7.60)		X	Não disponível

II. Principais questões relacionadas às políticas de salvaguarda e como administrá-las

A. Resumo das principais questões relacionadas às salvaguardas

1. *Descreva todas as questões relativas às políticas de salvaguarda e os impactos associados ao Projeto proposto. Identifique e descreva a ocorrência de quaisquer impactos de grande escala, significativos e/ou irreversíveis:*

Trata-se de um projeto de assistência técnica. Este Projeto contempla dois tipos de assistência técnica: *Tipo 2*: Assistência para a formulação de políticas, programas, planos, estratégias ou marcos regulatórios, etc.; e *Tipo 3*: Ordenamento territorial e manejo de recursos naturais (MRN).¹¹

Avaliação Ambiental (OP/BP 4.01). O Projeto é um projeto de conservação de recursos naturais. O Projeto proposto trará os seguintes benefícios ambientais: (i) redução do desmatamento em relação ao cenário sem intervenção, e, portanto, redução das emissões de carbono resultantes de mudanças no uso do solo; (ii) redução das emissões de carbono provenientes da queima de pastagens e dos incêndios florestais; (iii) aumento do armazenamento de carbono por meio da recuperação das reservas florestais desmatadas; e

¹⁰ A OP/BP 7.50 e a OP/BP 7.60 não são elegíveis sob a OP 4.00

¹¹ Veja: diretrizes interinas sobre a aplicação de políticas de salvaguarda em atividades de assistência técnica em projetos financiados pelo Banco Mundial e fundos fiduciários administrados pelo Banco.

(iv) melhor conservação da biodiversidade através da redução da perda de cobertura vegetal nativa.

Não obstante esses impactos positivos, o Projeto proposto será desenvolvido em várias áreas sensíveis de biodiversidade e áreas de mata seca. Portanto, o Projeto recebeu a classificação de Categoria B.

O Ministério do Meio Ambiente preparou um Marco de Gestão Socioambiental (MGSA) para servir de guia na abordagem das questões que surjam da implementação do Projeto.

Como medida preventiva, o Projeto incluiu uma estratégia de comunicação de amplo alcance para mobilizar e informar todos os proprietários de imóveis rurais, associações de proprietários de imóveis rurais, governos municipais, e outros atores envolvidos dos municípios atendidos. Além dessa estratégia, o MGSA avaliou os potenciais benefícios identificados para pequenos produtores rurais (ex.: acesso ao crédito, cumprimento da legislação ambiental e assistência técnica) e outros atores envolvidos. O MGSA também propõe medidas projetadas para evitar quaisquer conflitos sociais que poderiam resultar da implementação do Projeto.

O cumprimento desses requisitos pelos proprietários é o principal objetivo dos esforços dos órgãos ambientais federais e estaduais para monitorar e controlar o desmatamento e para assegurar a inscrição no CAR das APPs e RLs das propriedades particulares. Esse é também o principal objetivo do Projeto: cadastrar as APPs e RLs de todas as propriedades no CAR. Cabe notar que terras públicas não podem ser cadastradas no CAR.

No Brasil, o Relatório do MGSA é divulgado nos sites do MMA e da Fundação Pro-Natureza (Funatura) durante a implementação do Projeto. O Relatório contém uma descrição detalhada dos potenciais impactos ambientais das atividades do Projeto, além de identificar medidas preventivas/corretivas, incluindo treinamento e capacitação para bombeiros e o uso de equipamentos adequados.

Habitats Naturais (OP/BP 4.04). As atividades previstas nos Componentes do Projeto devem levar à geração de impactos positivos nos habitats naturais, tais como a sua conservação e recuperação. Considerando o acionamento da OP 4.04, todas as atividades deverão seguir as políticas do Banco Mundial, identificando atividades de monitoramento e manejo para prevenir ou mitigar possíveis impactos negativos.

Desde 1965, a legislação brasileira exige que: (i) todos os imóveis rurais particulares mantenham uma porcentagem de sua área com cobertura de vegetação nativa, a título de *Reserva Legal*¹² (RL); e que as (ii) Áreas de Preservação Permanente (APPs), como matas ciliares ao longo dos cursos d'água, encostas íngremes, topos de montanhas, etc., também sejam mantidas intactas pelos proprietários de imóveis rurais. Contudo, o processo de cadastramento de APPs e RLs costumava ser complexo e, em muitos casos, de custo elevado para os proprietários rurais, além do Governo não ter as ferramentas necessárias para monitorar o cumprimento da legislação por parte dos mesmos.

¹² A porcentagem considerada Reserva Legal varia de 80% na Amazônia e 35% no Cerrado da Amazônia Legal, a 20% nas demais regiões do Brasil.

Essa situação levou à instituição do Cadastro Ambiental Rural (CAR) através da lei que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Código Florestal, Lei nº 12.651/2012) como ferramenta adicional para incorporar informação sobre propriedades e imóveis rurais em um banco de dados para controlar e monitorar o planejamento ambiental e econômico e combater o desmatamento. A lei obriga todos os imóveis rurais do Brasil a se inscreverem no CAR e restringe a concessão de crédito agrícola pelas instituições financeiras aos proprietários de imóveis inscritos.

Além disso, os Decretos Federais nº 7.830/2012 e 8.235/2014 determinam que os governos federal e estaduais implementem Programas de Regularização Ambiental (PRAs). Os PRAs só podem destinar-se à regularização de Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais (RLs) e Áreas de Uso Restrito, quer o procedimento seja feito por meio de restauração ou de regeneração, quer empregue medidas de compensação (opção esta aplicável apenas às RLs). Segundo o novo Código Florestal, os proprietários que tenham passivos ambientais em seus imóveis só poderão se candidatar aos PRAs após inscrever-se no CAR.

Os procedimentos para inscrição no Cadastro Ambiental Rural deverão observar: (i) o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012); (ii) a legislação brasileira sobre áreas protegidas (SNUC - Lei nº 9.985/2000, Decreto nº 4.340/2002 e Decreto nº 5758/2006); (iii) legislação federal, estadual e municipal sobre habitats naturais; e (iv) o princípio da recusa de registro de propriedades rurais em situação de conflito com Unidades de Conservação e Terras Indígenas oficialmente demarcadas.

O Projeto também promoverá a conservação por meio da prevenção de incêndios florestais, do controle das queimadas e do fortalecimento da capacidade de combate a incêndios, especialmente nas três UCs selecionadas.

O MGSA define os critérios, impactos e medidas de manejo relacionadas ao emprego de fogo controlado, bem como as atividades de supressão de fogo.

Florestas (OP/BP 4.36). Este projeto contribuirá para a conservação e restauração natural do bioma Cerrado. Estão previstos impactos positivos como consequência do desmatamento ilegal evitado e da manutenção da vegetação natural em áreas das propriedades (situadas em encostas íngremes, em faixas de determinada largura ao longo dos cursos d'água) e nas proximidades das nascentes, protegendo, dessa forma, os serviços ecossistêmicos da vegetação nativa. Tais áreas denominam-se Áreas de Preservação Permanente (APPs).

O Projeto contribuirá ainda para a elaboração de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADAs) para pequenas propriedades que não estejam em conformidade com o Código Florestal.

Sempre que são preparados planos de restauração e plantação florestal, o MGSA leva em consideração os requisitos da OB/BP 4.36.

O Código Florestal também determina que os governos federal, estaduais e municipais estejam preparados e disponham de planos de contingência atualizados para combater os incêndios florestais, e que o Governo Federal desenvolva a Política Nacional de Incêndios Florestais, que contemplaria a prática de uso controlado do fogo, bem como o combate e a prevenção de incêndios florestais.

O Projeto apoiará as ações do MMA de formulação da política nacional de prevenção e combate a incêndios florestais, através da construção de uma estratégia e um plano operacional para implementá-lo por meio da coordenação de ações entre os três órgãos federais.

Além disso, o Projeto promoverá atividades de prevenção, treinamento e capacitação e focará na prevenção de incêndios florestais nas três Unidades de Conservação selecionadas.

Controle de Pragas (OP 4.09). Como o Projeto não pretende investir no setor florestal, nem apoiar plantações ou outras atividades florestais correlatas, esta política não será acionada neste momento. Todas as atividades e assistência técnica deverão seguir as políticas do Banco Mundial.

Recursos Culturais Materiais (OP/BP 4.11). As atividades envolvidas na implementação do Projeto não deverão produzir nenhum impacto negativo sobre recursos físicos culturais ou arqueológicos. Esta política não está sendo acionada nesta oportunidade.

Reassentamento Involuntário (OP/BP 4.12). Não há previsão de deslocamento físico ou econômico involuntário da população e/ou impactos negativos sobre seus meios de subsistência em decorrência da criação de novas áreas protegidas. De acordo com a OP 4.12 do Banco, a política de Reassentamento Involuntário não será acionada, uma vez que: (i) não haverá deslocamento ou relocação de indivíduos de suas propriedades; (ii) o Cadastro Ambiental Rural (CAR) focaliza a regulação do manejo dos recursos naturais em nível nacional e estadual; (iii) o Projeto não restringirá o uso ou manejo dos recursos naturais; e (iv) o Projeto não inscreverá no sistema CAR nenhuma terra que seja objeto de litígio entre particulares.

As restrições ao uso do solo em APPs e RLs vêm sendo aplicadas às propriedades particulares desde 1965 e não impõem nenhum tipo de restrição de acesso aos recursos naturais. Este projeto não afetará os direitos ou o bem-estar dos proprietários nem qualquer tipo de dependência ou interação destes em relação às florestas. A aplicação de restrições não afetará o acesso aos recursos naturais em áreas protegidas. O Projeto proposto não implicará reassentamento físico ou deslocamento econômico.

Povos Indígenas (OP/BP 4.10). O bioma Cerrado contém aproximadamente 100 Terras Indígenas, que cobrem cerca de 4,1% do bioma e abrigam 41 Povos Indígenas. Existem ainda centenas de Comunidades Quilombolas e outras comunidades tradicionais de pequenos agricultores e extrativistas, cada qual com seus diferentes sistemas consuetudinários de uso e posse da terra. Todos contam com meios de subsistência baseados em boa parte em recursos naturais e florestais, além de serem atores fundamentais na prevenção e controle do desmatamento e dos incêndios florestais.

No entanto, considerando que as políticas, planos de ação e atividades apoiadas por este Projeto de Assistência Técnica não terão efeitos diretos nos Povos Indígenas -- nem positivos nem negativos, a política de Povos Indígenas do Banco não foi acionada. Por um lado, as atividades contempladas no componente 2 têm foco exclusivo nas propriedades rurais privadas, e as atividades previstas no componente 3 ficarão restritas às três Unidades de Conservação sem presença de Povos Indígenas. Por outro lado, as atividades previstas para ajudar na formulação de políticas públicas, programas ou planos

sob o componente 1 serão realizadas obedecendo ao disposto pelo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), que, apesar de proibir o uso do fogo para roçar a terra, concede tratamento excepcional a práticas de prevenção e combate a incêndios e práticas de subsistência agrícola praticadas por populações tradicionais e povos indígenas.

O MGSA: (i) identificou os Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e outras comunidades tradicionais dentro do bioma Cerrado; (ii) avaliou o seu grau de dependência nos recursos naturais e florestais para sobreviver e até que ponto são afetados pelo desmatamento e os incêndios florestais, bem como seus conhecimentos tradicionais e práticas com fogo; e (iv) descreveu os arranjos institucionais (envolvendo a FUNAI, o ICMBio e o IBAMA) e os procedimentos e protocolos já existentes e a serem seguidos em caso de incêndios em Terras Indígenas.

Segurança de Barragens (OP/BP 4.37). O Projeto proposto não contempla apoio para a construção ou recuperação de barragens nem outros investimentos relacionados à manutenção ou outros serviços em barragens existentes.

Hidroviias Internacionais (O.P750). O Projeto proposto não afetará hidroviias internacionais.

Projeto em Áreas sob Disputa (OP/BP 7.60). O Projeto proposto não será implementado em áreas sob disputa.

2. Descreva quaisquer possíveis impactos indiretos e/ou a longo prazo decorrentes das atividades previstas para a área do projeto:

A implementação do Cadastro Ambiental Rural e o fortalecimento do ICMBio em prevenção e controle de incêndios florestais devem levar a uma melhoria do desempenho ambiental, incluindo um cumprimento mais sistemático e rigoroso da legislação ambiental e das políticas de salvaguarda correspondentes.

3. Descreva todas as alternativas (se houver) consideradas pelo Projeto que contribuirão para evitar ou minimizar os impactos negativos:

Não se aplica

4. No que se refere as salvaguardas relacionadas à OP/BP 4.00, caracterize em termos gerais em que medida os sistemas do mutuário têm equivalência com os objetivos e princípios operacionais da OP 4.00, Tabela A1. Para as salvaguardas compreendidas pelas OP/BP convencionais, identifique o motivo da decisão de não aplicar a OP 4.00 (p.ex., ausência de equivalência e/ou relatório de aceitabilidade).

Não se aplica

5. Descreva que providências foram tomadas pelo mutuário em relação às políticas de salvaguarda sobre identificação medidas necessárias para sanar as lacunas significativas em termos das condições de aplicação da OP 4.00. Forneça uma

avaliação da capacidade do mutuário em planejamento e implementação das medidas descritas:

Os arranjos de implementação do Projeto serão construídos com base nas lições aprendidas em operações anteriores no bioma Cerrado e implementadas pelo MMA. Entre outras medidas, o MMA articulará a cooperação entre as partes e monitorará e controlará o andamento do trabalho e a produção dos produtos. O MMA também responderá pela coordenação da implementação do Projeto (planejamento, supervisão, elaboração de termos de referência, M&A do Projeto e relatoria).

O beneficiário será a Fundação Pró-Natureza (Funatura).

O MMA acumulou uma considerável experiência trabalhando com as políticas de salvaguarda durante a execução de projetos anteriores apoiados pelo Banco. A coordenação geral do cumprimento das políticas de salvaguarda ficará a cargo do MMA.

O MGSA inclui um plano de ação específico para garantir uma dotação adequada de pessoal e recursos para garantir a aplicação e o cumprimento todos os aspectos relacionados com salvaguardas.

6. Identifique os principais atores envolvidos e descreva os mecanismos de consulta e divulgação das políticas de salvaguarda, inclusive a Revisão Diagnóstica de Salvaguardas, com ênfase nos indivíduos possivelmente afetados:

Beneficiários do Projeto: (i) proprietários de pequenos imóveis rurais nos municípios-alvo, que serão inscritos no CAR; (ii) todos os outros proprietários de imóveis rurais que possam se beneficiar dos balcões de atendimento e das campanhas de comunicação do CAR; (iii) o ICMBio, que terá reforçada sua capacidade de prevenção e combate a incêndios florestais em três UCs; e (iv) o MMA em si, que obterá um sistema melhor para a coordenação e o monitoramento do PPCerrado.

Considerando as atividades específicas, os principais atores do Projeto serão os órgãos federais e estaduais envolvidos, quais sejam: (i) O Ministério do Meio Ambiente (MMA), (ii) o ICMBio, devido às políticas e planos de gerenciamento de incêndios florestais a serem preparados, e (iii) os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) de Tocantins e Maranhão, devido às atividades de cadastro de propriedades rurais.

Foram realizadas consultas para cada possível atividade a ser apoiada pelo Projeto. O processo de consulta incluiu quatro abordagens diferentes que foram consideradas as mais apropriadas para as atividades apoiadas pelo projeto.

(a) Em relação ao PPCerrado: um dos instrumentos da Política Nacional de Mudança do Clima, objetiva a promoção de uma redução sustentada da taxa de desmatamento e degradação florestal, bem como da incidência de queimadas e incêndios florestais neste bioma. Foi realizado um amplo processo de consulta de 2009 a 2010. O horizonte de planejamento do PPCerrado é 2020, e a implementação e atualização do PPCerrado (PPCerrado fase 2) exigiu uma colaboração intensa com instituições do Governo Federal, bem como extensas discussões e consultas com os atores envolvidos sobre as prioridades de ação

governamental no bioma Cerrado. A fase 2 do PPCerrado cobrirá o período 2014 a 2015. Além disso, orientará a concepção do próximo Plano Plurianual do Brasil (PPA).

(b) Cadastro Ambiental Rural. Com base na Lei 12.651 de 2012 e suas regulamentações, foi realizado um processo de consulta sobre o Cadastro Ambiental Rural em todo o país. O MMA realizou um amplo processo de consulta para discutir o conceito e os procedimentos do Cadastro Ambiental Rural. Em 2013 e 2014 foram realizadas reuniões preparatórias em Brasília com representantes dos estados do bioma Cerrado. O processo de consulta consistiu em quatro oficinas informativas e quatro consultivas. Para projetar e aplicar uma pesquisa de opinião sobre as demandas de cada unidade federativa, foram aplicadas metodologias participativas que levaram em consideração aspectos como capacidade técnica e institucional, infraestrutura e logística:

- A primeira oficina foi realizada em Palmas, Tocantins, em 12 de dezembro de 2012, com representantes dos governos estaduais do Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, além de representantes do MMA.
- A segunda oficina foi realizada em Brasília, em 24 de janeiro de 2013. Na ocasião estiveram presentes representantes da Federação Agrícola do Goiás; Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Banco do Brasil; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, (MAPA); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); e do Comitê Diretor do CAR do Distrito Federal e da Bahia, entre outros atores envolvidos.
- A terceira oficina ocorreu em 30 de janeiro de 2013, em Brasília, com órgãos representativos da agricultura familiar e populações tradicionais, ONGs e instituições de pesquisa. Representantes do MMA, MAPA e INCRA também participaram do evento.
- A quarta oficina, realizada em 31 de janeiro de 2013, também em Brasília, foi uma consulta pública com órgãos ambientais estaduais, assistência técnica agrícola e rural, reforma agrária, polícia ambiental e municípios. Entre eles havia representantes dos Governos dos Estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Piauí, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Distrito Federal.

As atividades propostas para a implementação do CAR receberam amplo apoio de OEMAs, produtores e organizações comunitárias com base nas consultas feitas com os seus representantes. Não foram levantadas questões significativas.

(c) Unidades de Conservação. O MMA reuniu-se com o ICMBio para selecionar as Unidades de Conservação. Na seleção das UCs foram empregados os seguintes critérios: (i) UCs mais atingidas por incêndios florestais no Brasil e no bioma Cerrado; (ii) UCs com Plano de Manejo aprovado e em execução; e (iii) UCs com Comitê Consultivo estabelecido. Entre as atividades propostas está a preparação de um Plano de Proteção contra Incêndios para cada UC selecionada. Entre as atividades planejadas

estão reuniões nos municípios relacionados com as Unidades de Conservação para discutir as possíveis questões ambientais e sociais decorrentes da implementação do Projeto.

- (d) Política Nacional de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais.** O subcomponente 3.1 objetiva apoiar a formulação da política nacional de prevenção e combate a incêndios florestais e um plano operacional para implementá-la por meio da ação coordenada entre os três órgãos federais. As atividades do Projeto incluirão um processo de consulta para desenvolver a Política Nacional, incluindo oficinas para debater o Plano de Ação da política pública com os estados e a sociedade civil, além da estratégia de comunicação.

Marco de Gestão Socioambiental. O MMA preparou o Marco de Gestão Socioambiental (MGSA) do Projeto para verificar a conformidade das salvaguardas e propor ações para assegurar a existência de capacidade técnica adequada, sempre que necessário. O MSGA levanta os impactos positivos e negativos do processo de regularização ambiental, considerando o atual Código Florestal, as leis estaduais e as salvaguardas do Banco. Define ainda algumas ações de prevenção e mitigação e busca apresentar alternativas para prevenir ou minimizar os impactos diagnosticados. Tais medidas não representam ações diretas do Projeto, mas indicam estratégias a serem adotadas para complementar as ações e alcançar os objetivos traçados pelo Projeto com mais eficácia. O MGSA também estabelece um conjunto de princípios e diretrizes para a elaboração de documentos de salvaguarda que possam ser exigidos em atividades específicas do Projeto durante a sua implementação, de forma a cumprir com as Diretrizes Interinas de Aplicação de Salvaguarda em Operações de Assistência Técnica do Banco Mundial.

O Marco de Gestão Social e Ambiental (MGSA) também detalha o processo de consulta.

B. Requisitos relativos a divulgação	
Marco de Gestão Socioambiental:	
Datas da consulta no país e da divulgação	1 de outubro de 2014
Data de apresentação ao <i>InfoShop</i>	2 de outubro de 2014
Caso se trate de projetos da categoria A, data de apresentação do PID à Diretoria Executiva	Não se aplica
Se não estiver prevista a divulgação de qualquer um dos documentos acima relacionados no país, explique o motivo:	

C. Indicadores de Monitoramento de Cumprimento em nível corporativo (a ser preenchido quando o ISDS for finalizado na reunião de decisão do projeto)

OP/BP/GP 4.01 - Avaliação Ambiental			
O projeto requer um relatório de avaliação ambiental (AA) à parte (com EMP)?	Sim [x]	Não []	N/A []
Se afirmativo, o gerente da Unidade Regional de Meio Ambiente ou o gerente de Práticas (PM) analisaram e aprovaram o relatório da AA?	Sim.		

O custo e as obrigações de prestação de contas do EMP foram incorporados ao crédito/empréstimo?	Sim. Os custos estão compreendidos no Componente 4.		
OP/BP 4.00 - Programa piloto para aplicação dos sistemas do mutuário às questões relacionadas às salvaguardas ambientais e sociais de projetos apoiados pelo Banco			
A Unidade de Controle de Qualidade e Conformidade (QACC), a Unidade de Desenvolvimento Ambiental e Social Sustentável e o Grupo de Direito Internacional (LEGEN) revisaram e aprovaram o relatório da Revisão Diagnóstica de Salvaguardas?	Sim []	Não [X]	N/A []
OP/BP 4.04 - Habitats Naturais			
O projeto terá como resultado algum tipo de conversão ou de degradação significativa de habitats naturais críticos?	Sim []	Não [X]	N/A []
Caso resulte do Projeto conversão ou degradação significativa de outros habitats naturais (não críticos), o Projeto contempla medidas de mitigação consideradas aceitáveis pelo Banco?			
OP 4.09 - Controle de Pragas			
A Avaliação Ambiental tratou de forma adequada as questões relativas ao controle de pragas?	Sim [x]	Não []	N/A []
Faz-se necessário um Plano de Controle de Pragas (PCP) à parte?	Sim []	Não [X]	N/A []
Se sim, o PCP foi revisado e aprovado por um especialista em salvaguardas ou Gerente de Práticas? O Projeto contemplou os requisitos do PMP na sua concepção? Os requisitos do PCP estão incluídos no desenho do projeto? Se sim, a equipe do Projeto dispõe de um Especialista em Controle de Pragas?	Não se aplica		
OP/BP 4.11 - Recursos Culturais Materiais			
A AA inclui medidas adequadas relacionadas à recursos culturais materiais?	Sim []	Não []	N/A [X]
O empréstimo incorpora mecanismos para mitigar os potenciais impactos adversos sobre recursos culturais materiais?	Não se aplica		
OP/BP 4.10 - Povos Indígenas			
Foram elaborados um Plano/Marco de Planejamento para Povos Indígenas (conforme o caso) em consulta com os povos indígenas afetados?	Sim []	Não []	N/A [X]
Se afirmativo, o plano foi revisado e aprovado pelo gerente da unidade responsável pelas salvaguardas ou pelo Gerente de Setor?			
No caso de o Projeto global ter sido concebido para gerar benefícios para os Povos Indígenas, o Projeto foi analisado e aprovado pela Unidade de Desenvolvimento Social?			
OP/BP 4.12 - Reassentamento Involuntário			
Foi elaborado um plano de reassentamento/plano resumido/marco de políticas/marco de processos (conforme o caso)?	Sim []	Não []	N/A [X]
Se afirmativo, o plano/marco de políticas/processos foi revisado e aprovado pelo gerente da Unidade responsável pelas salvaguardas ou pelo Gerente de Setor?			
OP/BP 4.36 – Florestas			
A análise setorial de questões e limitações políticas e institucionais foi realizada?	Sim []	Não []	N/A [X]
O desenho do Projeto inclui medidas satisfatórias para superar essas limitações?			
O Projeto financiará lavouras comerciais? Se afirmativo, contempla disposições relativas a sistemas de certificação?			
OP/BP 4.37 - Segurança de Barragens			
Foram elaborados planos de segurança de barragens?	Sim []	Não []	N/A [X]
Os TdRs e a composição do painel de especialistas independentes (POE) foram revisados e aprovados pelo Banco?			

Foi elaborado um Plano de Preparação para Emergências (EPP)? Foram tomadas providências para a realização de atividades de sensibilização e treinamento?	
OP 7.50 - Projetos em Hidrovias Internacionais	
Os demais interessados ribeirinhos foram notificados do projeto?	Sim [] Não [] N/A [X]
Se o projeto se enquadra em uma das exceções à obrigação de notificação, tal exceção recebeu autorização do Departamento Jurídico? O memorando destinando ao Vice-Presidente para a Região (RVP) foi preparado e enviado?	
Quais são os motivos dessa exceção? Explique, por favor:	
O RVP aprovou essa exceção?	
OP 7.60 - Projetos em áreas sob disputa	
O memorando contendo todas as informações pertinentes aos aspectos internacionais do projeto foi preparado, inclusive os procedimentos a serem seguidos e as recomendações para tratar o problema?	Sim [] Não [] N/A [X]
O PAD/MOP trazem a advertência padrão referida na OP?	
Política do Banco Mundial sobre a Divulgação de Informações	
Os documentos sobre políticas de salvaguarda pertinentes foram enviados ao Infoshop do Banco Mundial?	Sim [x] Não [] N/A []
Os documentos pertinentes foram divulgados no país em local público, em forma e linguagem compreensíveis e acessíveis aos grupos afetados pelo projeto e às ONGs locais?	
Outras políticas de salvaguardas	
O cronograma, o orçamento e um rol claro de competências institucionais foram elaborados para a implementação das medidas relacionadas às políticas de salvaguarda?	Sim [x] Não [] N/A []
Os custos relacionados às medidas de salvaguarda foram incluídos no custo do projeto?	Sim
O sistema de monitoramento e avaliação do projeto compreende o monitoramento dos impactos e medidas de salvaguarda relacionados às políticas de salvaguarda?	Sim
Foram acordados arranjos de implementação satisfatórios com o mutuário? Tais arranjos encontram-se refletidos adequadamente nos documentos legais do projeto?	Sim

D. Aprovações

<i>Assinado e apresentado por:</i>	<i>Nome</i>	<i>Data</i>
Líder da Equipe do Projeto:	Bernadete Lange	2 de abril de 2015
Especialista em Meio Ambiente:	Bernadete Lange	2 de abril de 2015
Especialista em Desenvolvimento Social:	Alberto Costa	2 de abril de 2015
Outro(s) especialista(s) em Meio Ambiente/Desenvolvimento Social:		
Aprovação:		
Consultor Regional de Salvaguardas:	Glenn Morgan	2 de outubro de 2014
Comentários:		
Gerente de Práticas:	Emilia Battaglini	3 de abril de 2015
Comentários:		